



**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PROCESSOS EDUCATIVOS:
REFERÊNCIAS CULTURAIS E MEMÓRIAS COMO ESPAÇOS DE
ENSINO-APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

Renato Riffel¹

Leandro Sávio Carvalho Damasceno²

RESUMO: O artigo apresenta os resultados do projeto de extensão universitária Educação Patrimonial: Cultura, Memória e Patrimônio com foco nas atividades realizadas no ano de 2016. Esse projeto, vinculado ao curso de Licenciatura em História da UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí tem como finalidade promover ações de educação patrimonial no âmbito do ensino médio e fundamental, utilizando situações de aprendizagem que contemplem a valorização da memória e do patrimônio cultural existentes nos espaços de vida dos alunos. Nos trabalhos realizados com o CAU-Colégio de Aplicação UNIVALI (campus Balneário Camboriú-SC), álbuns de família dos alunos foram utilizadas como fontes de pesquisa, resultando num estudo sobre memória que possibilitou a compreensão dos itinerários migratórios dos seus familiares. Na escola Básica Elias Adaime, as atividades originaram o inventário de sete referências culturais existentes no bairro Cidade Nova (Itajaí-SC), organizadas na forma de uma exposição e um dossiê. Em ambos os casos, os resultados observados apontam para o desenvolvimento da capacidade de valorização, preservação e difusão da memória e dos bens culturais, tanto dos alunos como das comunidades existentes no entorno das escolas atendidas pelo projeto.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Patrimonial; Memória; Referências Culturais.

ABSTRACT: The article presents the results of the university extension project Heritage Education: Culture, Memory and Heritage focusing on the activities carried out in 2016. This project, linked to the Degree in History of UNIVALI - University of Vale do Itajaí, has the purpose To promote patrimonial education actions in the scope of secondary and fundamental education, using learning situations that contemplate the valorization of the memory and the cultural patrimony existing in the spaces of life of the students. In the works carried out with the CAU-UNIVALI Application College (Campus Balneário Camboriú-SC), students' family albums were used as sources of research, resulting in a study on memory that allowed the understanding of migratory itineraries of their families. At Elias Adaime Elementary School, the activities originated the inventory of seven cultural references existing in the Cidade Nova neighborhood (Itajaí-SC), organized in the form of an exhibition and a dossier. In both cases, the observed results point to the development of the

¹ Professor coordenador do projeto de extensão universitária Educação Patrimonial: Cultura, Memória e Patrimônio. Docente da Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Mestre em História (PPGH/UDESC) e especialista em Moda (CEART/UDESC).

² Aluno bolsista do projeto de extensão universitária Educação Patrimonial: Cultura, Memória e Patrimônio. Acadêmico do Curso de Licenciatura em História da Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI.

capacity of valorization, preservation and diffusion of memory and cultural assets, both of the students and of the communities existing around the schools served by the project.

KEYWORDS: Heritage Education; Memory; Cultural References.

1. Educação Patrimonial: referências culturais como espaços formativos

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (2013) salientam que cabe às escolas desempenhar um papel socioeducativo, artístico, cultural e ambiental, ambos fundamentados no pressuposto do respeito e da valorização das diferenças, visando à superação das desigualdades de natureza sociocultural e socioeconômica. O documento prevê ainda que, para uma educação de qualidade, os sujeitos do processo educativo devem considerar a “inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando os direitos humanos, individuais e coletivos e as várias manifestações de cada comunidade”. (DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS GERAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA, 2013, p.22). Assim, com base nessas orientações, entende-se que a organização curricular das escolas deve ser concebida levando-se em conta um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes dos alunos com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural e artístico existentes nos seus lugares de vida.

Desse modo, as referências culturais devem ser consideradas como temas transversais, interdisciplinares e/ou transdisciplinares nas práticas educativas, pois estas temáticas possibilitam a potencialização dos processos de aprendizagem. Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial se constitui em uma eficaz estratégia educacional, uma vez que compreende os espaços territoriais e as práticas culturais como “documentos vivos”, passíveis de inúmeras leituras e interpretações, tornando-se assim um instrumento articulador de saberes diversificados. Ela também deve ser vista, conforme indica Florêncio (2015, p.24), como fundamento para a valorização da diversidade cultural e para a definição de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo, “estabelecendo recursos para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo”.

Contudo, se os bens culturais podem ser considerados suportes para a construção do conhecimento, a eficácia do processo educativo nessa área só será

possível se forem consideradas as expectativas e necessidades das comunidades envolvidas. Para tanto, as situações de aprendizagem devem contemplar estratégias múltiplas e que tenham como base uma relação dialógica com as especificidades das comunidades locais.

Portanto, nos processos educacionais que tenham como base o patrimônio cultural, deve-se procurar integrar as ações educativas às demais dimensões de vida dos sujeitos, ou seja, os bens culturais devem ser percebidos como parte das práticas cotidianas das coletividades. Conforme ressalta Pinheiro (2015, p.14), as ações educativas para o patrimônio não devem se resumir em “capacitar” para a preservação, empregando conceitos jurídicos, acadêmicos ou políticos, mas precisam se pautar no pressuposto de que as pessoas são protagonistas desse processo de valorização e reconhecimento dos bens culturais.

Essa preocupação em relacionar a educação com os bens culturais não é nova. No Brasil, ela remonta à década de 1930, momento em que era criado o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, fundando em 1937. Porém, foi somente na década de 1970 que a questão foi abordada de forma mais densa, a partir da criação da Fundação Nacional Pró-Memória, sob a orientação de Aloísio Magalhães. Essa iniciativa concebia uma educação para o patrimônio que reservava às comunidades não somente um papel de público-alvo das ações, mas as via como agentes participativos nos processos de preservação dos bens culturais.

Cabe dizer, no entanto, que as disposições que compreendem a cultura como agente nos processos educacionais, contidas na LDB 9394/96, tem como base a reformulação da noção de patrimônio cultural originária do Decreto Federal n. 3551 de 4 de agosto de 2000 que, por sua vez, regulamentava as disposições da Constituição Federal de 1988.

Na referida constituição, especialmente no artigo 216, aparece a denominação “patrimônio cultural”, explicitando que constituem patrimônio cultural brasileiro “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira”.

O citado artigo inclui entre os bens patrimoniais:

- I – as formas de expressão;
- II – os modos de criar, fazer e viver;
- III – as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV – as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V – os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, ecológico e científico.

O que fica evidente na Constituição Brasileira de 1988, portanto, é uma nova conceituação sobre os bens que deveriam compor o patrimônio nacional, visto que o termo “patrimônio cultural” é utilizado no lugar de expressões como patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico ou arquivístico, denominações que até então figuravam nos textos constituintes e nas legislações federais, estaduais ou municipais. Assim, a constituinte buscava incluir os mais diferentes bens, fossem eles culturais ou naturais, tangíveis ou intangíveis, como parte do patrimônio cultural do país, com a ressalva de que fossem significativos e contemplassem os elementos étnico-culturais formadores da nação.

Desse modo, a partir da promulgação da Constituição de 1988, a proteção ao patrimônio cultural se constituiu em um direito e um dever constitucional. Cabe ressaltar que, no parágrafo primeiro do referido artigo, fica estabelecido que a promoção e a proteção do patrimônio cultural brasileiro, seja ele tangível ou intangível, deverá ser efetuado pelo poder público em colaboração com a comunidade e que essas ações podem se dar por intermédio de meios variados.

Seguindo esses pressupostos constitucionais, o decreto 3551/00 (que instituiu o registro de bens culturais de natureza imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial), busca reformular as tradicionais políticas de preservação do patrimônio cultural vigentes até então, centradas na noção de salvaguarda de monumentos históricos e objetos de valor artístico.

Assim, observa-se que tanto a Constituição Federal de 1988 como o Decreto federal n. 3551/00, propõem a participação dos diferentes grupos sociais em torno de uma agenda patrimonial, fazendo com que as questões relacionadas ao patrimônio deixem de ser uma ação restrita de apenas algumas camadas da sociedade. Conferindo responsabilidades tanto ao poder público como à comunidade na promoção e proteção do patrimônio cultural brasileiro, essas legislações permitem que as questões relativas ao patrimônio possam ser compreendidas por todos os cidadãos e que estes sejam capazes de participar ativamente tanto na proposição do registro de bens como na proteção e salvaguarda do patrimônio, seja ele formado por bens tangíveis ou intangíveis.

Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial tem um papel decisivo no processo de preservação e valorização do patrimônio cultural, pois ela possibilita extrapolar as usuais abordagens acerca da preservação do patrimônio, permitindo que as comunidades, verdadeiras detentoras do patrimônio cultural, estabeleçam relações efetivas de conhecimento e preservação de suas práticas culturais.

No que se refere ao conceito de Educação Patrimonial, destacamos o utilizado atualmente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, resultado de uma construção coletiva do referido órgão com instituições e pessoas da sociedade civil, mediada pela Coordenação de Educação Patrimonial do Departamento de Articulação e Fomento:

A Educação Patrimonial constitui-se de todos os processos educativos formais e não formais que têm como foco o patrimônio cultural, apropriado socialmente como recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações, a fim de colaborar para seu reconhecimento, sua valorização e preservação. Considera-se, ainda, que os processos educativos devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio da participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, onde convivem diversas noções de patrimônio cultural. (IPHAN, 2015).

Nota-se, portanto, que as ações da Educação Patrimonial devem partir da premissa que a preservação dos bens culturais deve consistir em práticas sociais que precisam estar inseridas nos contextos culturais e nos espaços de vida das pessoas. Logo, ela se afasta das iniciativas que buscam enaltecer ou reificar objetos, construções ou manifestações culturais sem a devida resignificação desses bens, buscando associar a existência destes ao lugar social nos quais estão inseridos.

Assim sendo, a Educação Patrimonial deve promover ações educativas que tenham como premissa a identificação de expressões culturais locais e territoriais e precisa, sobremaneira, compreender os espaços públicos e comunitários como espaços formativos. Buscando construir mecanismos que agenciem a valorização dos bens culturais junto às comunidades, essas práticas potencializam o estabelecimento e o fortalecimento de vínculos das comunidades com seus patrimônios, ampliando as possibilidades de preservação destes.

2. Cultura, memória e patrimônio: estratégias educativas nas escolas

Além de considerar os preceitos legais e as diretrizes educacionais acerca do patrimônio histórico e cultural já citadas, este projeto de extensão universitária denominado Educação Patrimonial: Cultura, Memória e Patrimônio buscou se alinhar com as demandas sinalizadas no Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em História da UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí. Além das competências específicas, inerentes ao ofício do educador na área de História, o referido PPC indica que as práticas pedagógicas do egresso devem contemplar a formação a análise dos processos e fenômenos históricos, problematizando-os em diferentes linguagens, adotando condutas de investigação e de autoria em práticas escolares e sociais voltadas para a promoção de conhecimentos, da sustentabilidade ambiental, da interculturalidade e da vida.

Esses pressupostos da formação profissional da educador encontram-se em consonância com o disposto na Lei de Diretrizes e Bases, a LDB – 9.394/96, que prevê em seu art. 1º que:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Com base nessa legislação, nota-se também que a concepção do processo educacional assume um caráter mais amplo, extrapolando a noção de escolarização. Uma vez que o processo educacional não se restringe ao espaço escolar, se reconhece igualmente a contribuição de diversos agentes e de distintos contextos culturais na formação dos sujeitos. Assim, a educação deve ser percebida como aquela que também ocorre nos espaços da vida, devendo ser pensada igualmente na intersecção com as mais diversas práticas sociais e culturais.

Tendo como base o acima exposto, cabe dizer que o objetivo geral deste projeto de extensão universitária é a promoção de Educação Patrimonial, utilizando situações de aprendizagem que contemplem a valorização do patrimônio cultural das comunidades locais. Como objetivos específicos, busca-se fomentar a identificação das referências culturais que formam o patrimônio cultural das comunidades locais por meio diálogo entre a escola e as comunidades que detêm os bens a serem inventariados; o registro das informações materiais e simbólicas,

históricas e culturais das referências culturais identificadas, organizando a documentação resultante do inventário; a elaboração de atividades de socialização dos resultados por meio da apropriação, interpretação e comunicação das experiências vivenciadas.

As atividades foram organizadas na forma de oficinas, ministradas semanalmente nas escolas participantes. Os procedimentos metodológicos dos trabalhos tomaram como base as publicações que tratam da Educação Patrimonial na perspectiva do Programa Mais Educação, editadas pelo Ministério da Educação em parceria com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional-IPHAN nos anos de 2011 e 2013. Esses materiais, editados na forma de manuais, contém orientações para elaboração do inventário do patrimônio cultural, oferecendo uma proposta para se pesquisar, coletar e organizar informações sobre os bens culturais que se pretende pesquisar.

Os trabalhos também se fundamentaram nas propostas apresentadas no *Guia Básico de Educação Patrimonial*, publicado em 1996 por Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro. Em especial, tomou-se por base um artigo publicado em meios eletrônicos por Evelina Grunberg (2015), intitulado *Educação Patrimonial: utilização dos Bens Culturais como recursos educacionais*. Arquiteta do Museu Imperial de Petrópolis-RJ e co-autora do *Guia Básico de Educação Patrimonial de 1996*, a autora reorganiza e atualiza, nesses escritos, a metodologia para Educação Patrimonial constante naquela publicação.

Além desses fundamentos da Educação Patrimonial, as atividades do projeto também se alinharam, de forma mais geral, com determinadas perspectivas educacionais. Nesse sentido, buscou-se entender a educação como um processo, premissa que encontra eco nos ensinamentos de Freire (1987), que propondo uma educação com base na reflexão constante e no pensamento crítico, possibilita ações transformadoras dos sujeitos e do mundo.

Compreendeu-se, igualmente, que a educação que se almeja é aquela que se caracteriza pela mediação, onde a construção do conhecimento se dá de forma coletiva e na interação do sujeito com seu meio. Esse enfoque tem como base o pensamento de Vygotsky (1998), para quem os processos de cognição (chamados por ele de Processos Psicológicos Superiores – PPS), são desenvolvidos durante toda a vida de um indivíduo a partir da sua participação em situações de interação social. Para o autor, no processo de interação social, participam instrumentos e

signos com os quais os sujeitos organizam e estruturam seu ambiente e seu pensamento e, sendo estes historicamente produzidos, mediam a vida destes. Portanto, para Vygotsky (1998), os diferentes contextos culturais onde as pessoas vivem são também contextos educativos, que modelam e formam as maneiras de ser e estar no mundo. Assim, se o aprendizado se dá por meio da interação com os outros e com o meio onde se vive, as ações educativas para o patrimônio cultural devem ser pensadas como ações mediadoras, que busquem contribuir para a formação e para a afirmação dos sujeitos em seus mundos e em suas culturas.

A Educação Patrimonial também foi aqui percebida na perspectiva da chamada Educação Integral, na qual se ampliam os tempos, espaços e oportunidades educativas. Conforme indicado por Moll (2009), a Educação Integral deve ser compreendida como aquela que ocorre nos espaços da vida, que busca promover a aproximação das práticas escolares com as mais diversas práticas sociais e culturais existentes nos espaços urbanos e/ou rurais, valorizando os processos educativos que imbricam os saberes escolares aos saberes que circulam nos lugares da vida comunitária.

Essa concepção de “territórios educativos” é sinalizada também nos escritos de Goulart (2010), para quem:

Todo espaço que possibilite e estimule, positivamente, o desenvolvimento e as experiências do viver, do conviver, do pensar e do agir consequente, é um espaço educativo. Portanto, qualquer espaço pode se tornar um espaço educativo, desde que um grupo de pessoas dele se aproprie, dando-lhe esse caráter positivo, tirando-lhe o caráter negativo da passividade e transformando-o num instrumento ativo e dinâmico da ação de seus participantes, mesmo que seja para usá-lo como exemplo crítico de uma realidade que deveria ser outra. [...] E o arranjo destes espaços não devem se limitar a especialistas (arquitetos, engenheiros...), mas sim, deve ser prática cotidiana de toda a comunidade escolar (GOULART, 2010).

Considerando as reflexões aqui apresentadas, é possível afirmar que a Educação Patrimonial se apresenta como um importante instrumento que possibilita fortalecer as relações que as comunidades têm com as identidades e com as histórias de seu lugar, promovendo a valorização das mais diversas expressões culturais que se manifestam no cotidiano dos grupos sociais. Como bem ressalta Pinheiro (2015, p.14), as estratégias e dinâmicas de ensino aprendizagem relacionadas ao Patrimônio Cultural colaboram para o desenvolvimento de valores significativos e eficazes que buscam garantir a

valorização, a preservação e a difusão dos bens culturais e das memórias a eles interligadas.

Durante o ano de 2016, as atividades deste projeto de extensão foram realizadas em duas instituições de ensino: o CAU-Colégio de Aplicação Univali, localizado no campus da UNIVALI na cidade de Balneário Camboriú-SC; a Escola Básica Elias Adaime, situada no bairro Cidade Nova, no município de Itajaí-SC.³

No CAU, os alunos participantes frequentavam o ensino médio, precisamente a segunda e a terceira série. Já na Elias Adaime, que atende crianças do ensino fundamental, os trabalhos foram efetuados juntamente com o Projeto Mais Educação, que ocorre em contra turno escolar, tendo como participantes crianças do quarto e do sexto ano. Importa ressaltar que estas duas escolas vivenciam realidades sociais distintas, sendo que os estudantes do CAU são oriundos, predominantemente, de famílias de classe média, enquanto que os alunos da escola Elias Adaime são, de modo geral, das classes C e D. Contudo, independente desses fatores sociais, buscou-se nas atividades educativas a compreensão de que o patrimônio histórico e cultural se faz presente no cotidiano de todos, seja nos modos de fazer, criar, celebrar e se expressar.

É certo que a valorização de um bem cultural em detrimento de outros ocorre por conta de construções discursivas e de apostas políticas, originando um longo período em que se considerava como “patrimônio” somente aqueles que estavam relacionados com grandes feitos históricos, com produções artísticas relevantes ou, ainda, com construções que remetiam a uma elite de origem branca e católica. Com o passar do tempo, essa postura acabou privilegiando o reconhecimento oficial de determinados bens patrimoniais, deixando em segundo plano as manifestações culturais das populações menos favorecidas, sendo estas valorizadas somente em momentos mais recentes da nossa história.

Portanto, uma das primeiras iniciativas do projeto junto aos alunos das escolas citadas foi a desmistificação das ideias (muitas baseadas no senso comum), do que se compreende atualmente como patrimônio histórico e cultural, possibilitando aos educandos compreender a multiplicidade dos bens patrimoniais

³ Durante o mês de março de 2016, diversas escolas da região foram contatadas para explanação do projeto, objetivando firmar parcerias com as entidades de ensino para realização das atividades de educação patrimonial. Contudo, somente estas duas instituições citadas deram retorno e se mostraram dispostas a receber o grupo de trabalho durante o respectivo ano letivo.

existentes e, sobretudo, valorizar as referências culturais existentes no entorno dos seus espaços de vida.

Com base nesses preceitos, as atividades educativas realizadas na Escola Básica Elias Adaime tiveram como principal foco o estabelecimento das possíveis relações entre os bens culturais da comunidade com a realidade concreta dos alunos. O instrumento essencial para esse reconhecimento foi o inventário de bens culturais, por meio do qual se fez o levantamento, o estudo e a descrição dos bens inventariados. Por meio das ações educacionais ali desenvolvidas, os alunos participantes do projeto conheceram conceitos sobre memória, história, cultura, identidade e patrimônio, sendo incentivados a identificar, registrar e socializar as referências culturais existentes na sua comunidade.

Já os trabalhos realizados no CAU tiveram como foco principal questões relacionadas à memória. Por meio de atividades de pesquisa e rememoração, ancorado na análise de álbuns de fotografia e amparados no uso de metodologia de história oral, os alunos compuseram um painel imagético sobre os percursos migratórios das suas famílias. Nesses "arquivos" fotográficos pessoais, notou-se a recorrência de registros das visitas efetuadas pelos antepassados dos estudantes às regiões litorâneas de Santa Catarina, antes mesmo de elas aqui estabelecerem moradia. Seguindo uma linha cronológica, pode-se observar também, nas séries de imagens analisadas, os registros que marcam a mudança de domicílio, quando essas famílias passam a se estabelecer em seu novo lar e começam, a partir daí, a criar novos vínculos com a cidade que escolheram para viver.

Após as atividades de pesquisa e sistematização dos dados, em ambas as escolas discutiu-se com os grupos de trabalho a melhor forma possível de socializar os resultados obtidos. Com base nesses debates, optou-se por comunicar os resultados à comunidade local e acadêmica por meio de exposições fotográficas e eventos de socialização, ocorridos nas escolas e também na UNIVALI, contando com a participação dos alunos e professores participantes do projeto.

Por fim, cabe dizer que os procedimentos metodológicos das ações educativas do projeto seguiram três etapas: 1) Inventário do Patrimônio Cultural; 2) Pesquisa e Registro do Bem Cultural; 3) Organização, apresentação e divulgação do trabalho.

Essas três fases encontram-se descritas no decorrer deste artigo, exemplificadas com as atividades realizadas nas escolas parceiras do projeto.

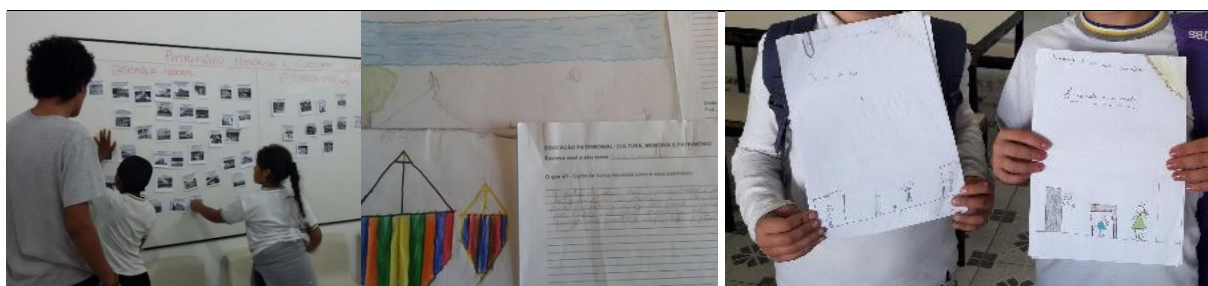
3. Escola Básica Elias Adaime: um inventário das referências culturais do bairro Cidade Nova (Itajaí-SC)

Os primeiros contatos com a Escola Básica Elias Adaime foram realizados no mês de março de 2016. Neste período, num encontro com a professora responsável pelas atividades do projeto Mais Educação na referida instituição, Lucimara Schneider, houve uma explanação detalhada do projeto, acordando-se as datas e os horários em que aconteceriam as oficinas previstas. Nesta escola os trabalhos foram realizados com crianças do ensino fundamental, mais precisamente do quarto ano, exceto dois alunos que frequentavam, respectivamente o terceiro e sexto ano.

Em uma primeira etapa, buscou-se fazer um Inventário Prévio das Referências Culturais existentes na comunidade onde está localizada a escola. Assim, os alunos foram incentivados a olhar ao redor dos seus espaços de vida, buscando identificar as referências culturais que formam o patrimônio cultural do local. Por meio de oficinas, as crianças foram estimuladas a reconhecer os usos, as funções, os valores, os espaços, os movimentos, os materiais, as dimensões, as formas, as cores, texturas e os demais elementos relacionados às referências culturais das suas áreas de convívio. Para que os resultados fossem otimizados, foram realizadas ações educativas que permitissem o entendimento do grupo sobre ideias ou conceitos chave como patrimônio, cultura, identidade e memória (Figura 1).

O objetivo, neste momento, foi construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre a escola e as comunidades que detêm as referências culturais a serem inventariadas, destacando a importância da pluralidade e buscando promover o respeito pela diferença. Para isso, foi fundamental reconhecer a importância da integração entre os alunos e a comunidade (sejam eles vizinhos, familiares ou produtores de cultura), pois é destas conexões que depende a qualidade do inventário. O resultado desta primeira etapa de atividades foi um quadro de possibilidades de bens culturais que poderiam ser pesquisados pelo grupo (Figura 1). As categorias de bens culturais propostas pelo IPHAN – celebrações, saberes, formas de expressão, lugares e objetos – serviram para orientar os trabalhos de inventário.

Figura 1: Oficinas sobre conceitos chave de Educação Patrimonial e primeiros bens culturais inventariados pelos alunos.



Fotos: Renato Riffel e Leandro Damasceno.

Na segunda etapa, foram realizadas atividades de Pesquisa e Registro dos Bens Culturais. Neste momento foram efetuados trabalhos de pesquisa e documentação, tendo como base um bem cultural selecionado pelos grupos de trabalho. As ações de coleta de dados e registro foram feitas por meio de desenhos e fotografias, além dos relatos escritos ou gravados com pessoas que conheciam e/ou vivenciavam as práticas culturais pesquisadas (Figura 2). A intenção aqui foi estudar e registrar todas as possíveis informações materiais e simbólicas, históricas e culturais a respeito do objeto de estudo (bem cultural). Para que os resultados fossem otimizados, foram promovidas ações educativas sobre conceitos relacionados à história e memória, especialmente os relacionados a métodos de pesquisa e de história oral. O resultado desta segunda etapa de atividades foi o preenchimento das fichas de registro e documentação, contendo informações relativas ao bem cultural (fotografias, entrevistas, dados históricos, pessoas envolvidas, materiais, técnicas, significados, aspectos da conservação, entre outros.).

Neste momento, também foram efetuadas duas visitas de estudo: uma ao Centro Histórico de Itajaí-SC e outra ao Museu Etno-Arqueológico de Itajaí-SC (Figura 2), objetivando o contato direto com diversos bens patrimoniais reconhecidos oficialmente por órgãos públicos como patrimônios históricos e culturais.

Figura 2: Pesquisas de campo serviram de base para elaboração das fichas dos bens culturais.



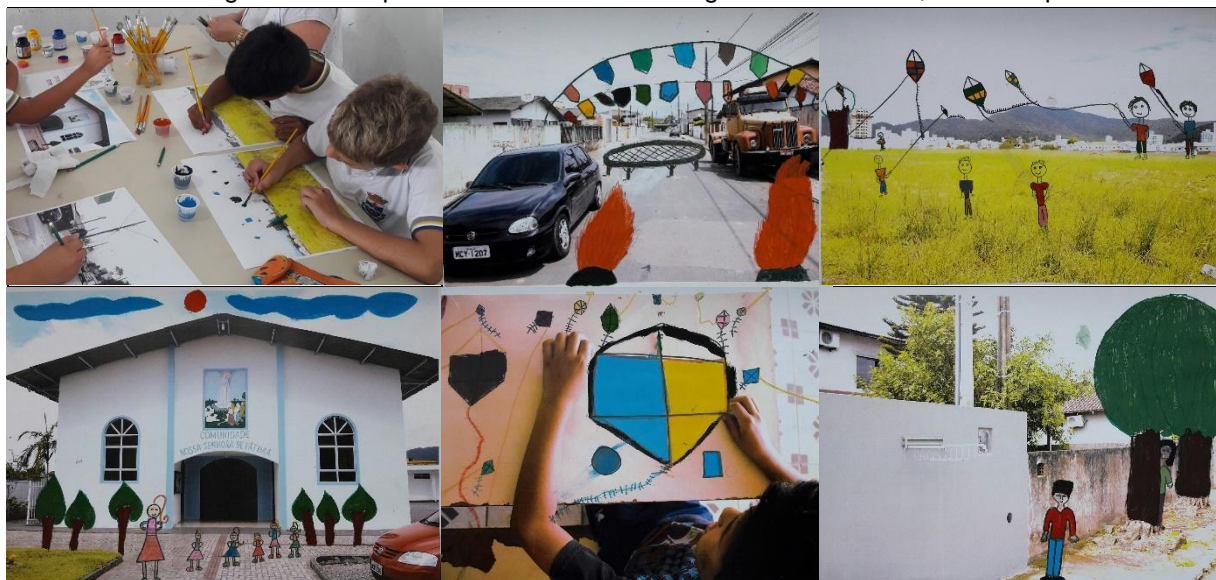
Fotos: Renato Riffel e Leandro Damasceno.

A terceira e última etapa do projeto consistiu na organização, apresentação e divulgação do trabalho. Aqui buscou-se organizar a documentação resultante do inventário, bem como na socialização desses resultados para as comunidades envolvidas no projeto. A intenção é que, nesse momento, os participantes se apropriassem das experiências vivenciadas, fazendo a interpretação e a comunicação do que foi percebido e registrado. Para organização da documentação foi elaborado um dossiê buscando promover a guarda do material junto à escola e instituições públicas relacionadas à cultura e preservação de bens culturais.

As formas de apresentação dos resultados foram discutidas com os grupos de trabalho. Contando com a parceria de uma aluna do curso de Fotografia da UNIVALI, os bens inventariados foram fotografados e sofreram interferência artística das crianças, que pintaram sobre as imagens sua visão das referências culturais estudadas (Figura 3).

Por meio dessa atividade se buscou promover a interpretação do conteúdo estudado, bem como incentivar a comunicação dos resultados obtidos por meio da manifestação da capacidade criativa dos alunos. O objetivo é que, neste momento, os participantes se apropriassem do conteúdo registrado, interpretando e comunicando o resultado da pesquisa.

Figura 3: Alunos desenham e pintam sua interpretação dos bens culturais pesquisados sobre fotografias feitas pela aluna do curso de fotografia da UNIVALI, Ana Crespi.



Fotos: Renato Riffel e Ana Crespi.

Essas fotografias com pinturas foram expostas em dois eventos de socialização, intitulados: SE ESSA RUA FOSSE MINHA: REFERÊNCIAS CULTURAIS DO BAIRRO CIDADE NOVA (ITAJAÍ-SC), SOB A ÓTICA DOS ALUNOS DA ESCOLA ELIAS ADAIME.

O primeiro desses eventos ocorreu na UNIVALI, na data de 30 de novembro de 2016. O segundo aconteceu em 13 de abril de 2017, na Escola Básica Elias Adaime. Nesses dois momentos, que tiveram a presença de representantes da Secretaria de Educação e da Fundação Cultural de Itajaí-SC e das coordenações e alunos do Núcleo de Licenciatura da UNIVALI, os participantes relataram suas experiências no projeto, apontando as contribuições para o aprendizado que o mesmo ofereceu para os alunos, para a escola e para a comunidade.

Como resultado final, foram inventariadas 7 referências culturais existentes no bairro Cidade Nova (Itajaí-SC), enquadrados em 3 categorias: Celebrações (Festival de Pipas; Aviva Jovem - Encontro de Jovens e Adolescentes na Igreja da Paz; Festa Junina da Rua dos Cipestres); Lugares (Duas árvores na Rua das Petúnias; Igreja Nossa Senhora de Fátima); Saberes (Brincadeiras de Rua: Jogo de Bola e Esconde-Esconde; Manufatura de Pipa de Papel de Seda).

Utilizando como base as fichas de registro e documentação dos bens pesquisados pelos estudantes, organizou-se também um dossiê que foi encaminhado à escola e à Secretaria de Cultura da cidade, para que este documento possa servir de base para a promoção de políticas de preservação dos bens culturais nas suas mais diversas manifestações e localidades.

4. CAU - Colégio de Aplicação UNIVALI: percursos migratórios em álbuns de família

Trabalhando em parceria com o CAU - COLÉGIO DE APLICAÇÃO UNIVALI, neste ano de 2016, o projeto desenvolveu atividades com alunos do ensino médio do campus de Balneário Camboriú-SC, realizando pesquisas sobre memórias relacionadas a percursos migratórios das famílias dos estudantes. Durante a realização das oficinas de educação patrimonial, realizadas em horário de contra turno escolar na disciplina de Sociedade e Cultura, ministrada pela professora Rita de Cássia Veloso Santos Brandellero, percebeu-se que havia um fator comum que permeava a história de vida desses alunos: seus antepassados, que viviam longe de cidades litorâneas, acabaram em determinado momento a se deslocar para cidades praianas de Santa Catarina, lugar onde acabaram por se estabelecer.

Com base nessas informações, buscou-se por meios que pudessem servir de fontes para as pesquisas nessa área. Investiu-se, portanto, em oficinas que privilegiassem o trabalho com a memória, com foco especial na história oral. Em um dos encontros realizados, uma das alunas participantes trouxe para as oficinas um conjunto de álbuns de família. Ao folhear tais objetos, o grupo deparou-se com uma série de fotografias que retratava as constantes visitas feitas pelos avós da estudante (então moradores da região serrana), ao litoral de Santa Catarina (Figura 4). Os demais alunos argumentaram, então, que percursos semelhantes tinham sido feitos também pelos seus antepassados, mesmo que em momentos distintos.

Figura 4: Análise dos álbuns de família dos alunos do CAU (Balneário Camboriú-SC) e seleção das fotografias.



Foto: Isadora Hugem

Com base nessa constatação, o grupo decidiu utilizar como fonte de suas pesquisas os seus álbuns de família, tendo também como suporte para as investigações a história oral, servindo esta para entrevistar os familiares que figuravam nas fotografias selecionadas.

Como esperado, nesses "arquivos" fotográficos pessoais, notou-se a recorrência de registros das visitas efetuadas pelos antepassados dos alunos às regiões litorâneas de Santa Catarina, antes mesmo de elas aqui estabelecerem moradia. Seguindo uma linha cronológica, pode-se observar também, nas séries de imagens analisadas, os registros que marcam a mudança de domicílio, quando essas famílias passam a se estabelecer em seu novo lar e começam, a partir daí, a criar novos vínculos com a cidade que escolheram para viver.

Esse itinerário é bem visível nos álbuns de fotografias da família de Isadora Hugem. Em instantâneos que datam da década de 1950 já se observa como alguns membros da família, originária de Lages, aproveitam ocasiões sociais para passear pelas praias do então município de Camboriú-SC, visitando a Lagoa de Taquaras. Na década de 1960, o hábito de veranejar também ganha seu registro: avós, tios, tias e primos posam para uma fotografia nas areias da praia central de Balneário Camboriú-SC e Balneário Piçarras-SC. Na década de 1980, quando a família se muda definitivamente para Balneário Camboriú-SC, o pai de Isadora é levado a conhecer Cabeçudas, praia do município de Itajaí-SC. Mais adiante, ele já aparece à vontade nas ruas de sua "nova" cidade, brincando com o primo em uma Mobilete ou, ainda, participando de um desfile escolar em comemoração ao 7 de setembro.

Mas esses deslocamentos familiares podem ter datas ainda mais remotas, como demonstram as lembranças feitas por Isadora C. Silva por meio de seus álbuns de família. Seu bisavô chegou a Santa Catarina na década de 1940, deixando uma Alemanha mergulhada nos conflitos da 2ª. Guerra Mundial. Ele se estabeleceu em Itapema-SC, no bairro conhecido como Ilhota, onde investiu no

cultivo do café. Os registros fotográficos da década de 1960 mostram a geração seguinte ainda às voltas com a cultura cafeeira e revelam, mesmo que de forma sucinta, a abundância da vegetação nativa da região, onde "agora tudo é prédio", como bem afirmou o avô de Isadora.

Outros itinerários são, no entanto, mais recentes. A família de Valentina Motter, vinda de Curitiba-PR, se estabelece em Balneário Camboriú-SC em 2011. Aqui os álbuns de família ganham novo suporte: os telefones celulares e suas câmeras cada vez mais acuradas, captam os instantâneos de sua família às voltas com as diversões praieiras.

Essas fotografias, pinçadas dos álbuns de família, são peças de um pequeno mosaico. Ao mesmo tempo em que revelam os itinerários de famílias que se deslocaram do interior para as regiões litorâneas de Santa Catarina, elas também nos dão pistas de um processo histórico mais amplo, que perpassa o processo de adensamento populacional das cidades litorâneas catarinenses ocorrido em décadas recentes.

Para socializar os resultados desta pesquisa, uma exposição com as fotografias selecionadas foi realizada na Biblioteca Comunitária UNIVALI, no campus de Balneário Camboriú-SC, denominada VAMOS MORAR NA PRAIA: PERCURSOS MIGRATÓRIOS EM ÁLBUNS DE FAMÍLIA. Na data da abertura da exposição, ocorrida em 08 de novembro de 2016, alunos e professores participantes do projeto relataram as suas vivências com a pesquisa para os estudantes e professores das turmas de ensino regular do CAU (Figura 5).

Figura 5: Abertura e convite da exposição de fotografias de álbuns de família dos alunos do CAU.



Fotos: Leandro Damasceno.

Todo esse processo de rememoração, ancorado na análise de álbuns de fotografia e amparados no uso de metodologia de história oral, ajudou a compor um painel sobre o significado desses deslocamentos migratórios, fazendo com que os

alunos envolvidos no projeto, mais do que só relembrar o passado, pudessem compreender seus percursos familiares, os laços desfeitos nos lugares deixados e as articulações sociais que se estabeleceram "nas" e "com" as novas cidades onde passaram a viver.

5. Considerações finais

O projeto de extensão universitária EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: CULTURA, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO, vinculado ao curso de Licenciatura em História da UNIVALI, buscou promover junto às escolas de ensino médio e fundamental da região, ações educativas na perspectiva da Educação Patrimonial. A Educação Patrimonial tem um papel importante no processo de preservação e valorização da memória e das referências culturais, pois ela extrapola as usuais abordagens acerca da preservação do patrimônio. Suas ações educativas permitem construir conhecimentos a partir de um amplo diálogo entre a escola e as comunidades, possibilitando que os moradores locais - detentores dos saberes do cotidiano - estabeleçam relações efetivas de conhecimento e, por conseguinte, de preservação das suas memórias e das suas práticas culturais diárias.

Com base nos resultados alcançados, ficou evidente que o processo de ensino/aprendizagem, mediado pela Educação Patrimonial, permite um maior envolvimento dos alunos nas questões relacionadas à preservação da memória e das referências culturais, uma vez que os bens inventariados fazem parte da sua realidade concreta.

Para os professores das escolas participantes e para os alunos dos cursos de licenciatura da UNIVALI que tomaram contato com o projeto, houve a percepção do processo educacional como aquele que também ocorre nos espaços da vida dos sujeitos, reconhecendo a contribuição dos distintos contextos culturais e dos espaços públicos e comunitários na formação dos alunos.

Já para os alunos das escolas participantes, observou-se o desenvolvimento da percepção acerca da valorização, preservação e difusão da memória e dos bens culturais existentes nos seus espaços de vida.

Por fim, a promoção dessas ações educativas que tiveram como base as referências culturais locais, na perspectiva da Educação Patrimonial, contribuíram para que os indivíduos pudessem estabelecer relações de valor com sua realidade concreta. Permitindo a compreensão e valorização do seu modo de vida, da sua cultura e da sua sociedade, essas atividades permitem que cada sujeito parta do seu

mundo e de suas referências para compreender e refletir sobre outros mundos, possibilitando assim o advento de uma cultura de tolerância com a diversidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 6 jul. 2015.

BRASIL. **Decreto nº. 3551, de 4 de agosto de 2000**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm> Acesso em: 6 jul. 2015.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>> Acesso em: 24 ago. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. Disponível em <http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CB0QFjAAahUKEwiwuNPT-sbHAAhUGG5AKHZdLBDs&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3Foption%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download%26gid%3D13677%26Itemid%3D&ei=E83dVfDiFoa2wASXI5HYAw&usg=AFQjCNEol8z70Lo_qj4paA_PGhQ4sayWRQ> Acesso em: 25 ago. 2015.

FLORÊNCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigo S. (Org.). **Cadernos do patrimônio cultural: educação patrimonial**. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. p.21-32.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOULART, Bya. **Cadernos Pedagógicos: territórios educativos para a educação integral – a reinvenção pedagógica dos espaços e tempos da escola e da cidade**. Brasília-DF: Ministério da Educação, ago. 2010.

GRUMBERG, Evelina. **Educação patrimonial: utilização dos bens culturais como recursos educacionais**. Petrópolis-RJ: Museu Imperial, s.d. Disponível em: <<http://www.pead.faced.ufgs.br/sites/publico/eixo4/estudossociais/educacaopatrimonial.pdf>>. Acesso em : 01 mar.2011.

HORTA, Maria de Lourdes Parreira; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia básico de Educação Patrimonial**. Brasília/Rio de Janeiro: Iphan/Museu Imperial, 1999.

IPHAN. **Educação Patrimonial.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/343>> Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. **Educação Patrimonial:** manual de aplicação: Programa Mais Educação/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF: Iphan/DAF/Cogedip/Ceduc, 2013.

IPHAN/MEC. **Educação Patrimonial:** programa Mais Educação. Programa Mais Educação/Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Brasília, DF: Iphan/Seb/MEC, 2011.

MOLL, Jaqueline. **Um paradigma contemporâneo para a Educação Integral.** Pátio: Revista Pedagógica, Edição Artmed, Rio Grande do Sul, ago./out. 2009. Disponível em <<http://www.grupoa.com.br/revista-patio/artigo/6376/um-paradigma-contemporaneo-para-a-educacao-integral.aspx>> Acesso em: 25 ago. 2015.

PINHEIRO, Adson Rodrigo S. Introdução. In: _____. (Org.) **Cadernos do patrimônio cultural:** educação patrimonial. Fortaleza: Secultfor: Iphan, 2015. Disponível em <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_Cadernos_do_patrimonio_educacao_patrimonial_voll(3).pdf)> Acesso em: 24 ago. 2015.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente.** 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.